

O QUE A GESTÃO SOCIAL TEM A NOS DIZER SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA? UM DIÁLOGO ENTRE HABERMAS E POLANYI

WHAT DOES SOCIAL MANAGEMENT HAVE TO TELL US ABOUT THE SOLIDARITY ECONOMY? A DIALOGUE BETWEEN HABERMAS AND POLANYI

Marilene de Souza Campos ¹

RESUMO

O presente trabalho constitui-se em um ensaio teórico, em que promove um encontro entre a abordagem habermasiana e a da sociologia econômica de Karl Polanyi para o estudo da gestão social. Para realizar esta análise, vale-se da abordagem da economia solidária como situação exemplar devido ao seu hibridismo entre o social e o econômico. A gestão social volta-se para um interesse público não-governamental, para a ação não mercantil e não instrumental. Como situar economia e solidariedade? Que características a gestão social partilha com a economia solidária e como a aproximação Habermas-Polanyi pode ser esclarecedora? Partimos da premissa de que o epicentro da abordagem habermasiana, a teoria da ação comunicativa baseia-se numa compreensão histórica do mercado autorregulado, afinizando com a crítica a este paradigma proferida por Polanyi e Granovetter. O mercado é uma construção social e como tal pode ser desconstruída ou reformulada. A cisão entre sociedade e mercado, entre subsistema econômico e mundo-da-vida só faz sentido para Habermas quando referida ao capitalismo. A economia solidária está inserida e envolvida por instituições econômicas e não-econômicas, permeadas por laços societários e solidários; combinando ação instrumental e ação comunicativa, implicando na penetração de aspectos normativos na economia de mercado, partilhando características com a economia solidária.

Palavras-chave: Gestão Social, Economia, Solidariedade, Polanyi, Habermas.

ABSTRACT

The present work constitutes a theoretical essay, in which it promotes a meeting between the Habermasian approach and that of Karl Polanyi's economic sociology for the study of social management. To carry out this analysis, it uses the approach of the solidarity economy as an exemplary situation due to its hybridity between the social and the economic. Social management is geared towards a non-governmental public interest, towards non-commercial and non-instrumental action. How to situate economy and solidarity? What characteristics does social management share with the solidarity economy and how can the Habermas-Polanyi approach be enlightening? We start from the premise that the epicenter of the Habermasian approach, the theory of communicative action is based on a historical understanding of the self-regulated market, in tune with the criticism of this paradigm made by Polanyi and Granovetter. The market is a social construction and as such it can be deconstructed or reformulated. The split between society and market, between economic subsystem and life-world only makes sense for Habermas when referring to capitalism. The solidary economy is inserted and involved by economic and non-economic institutions, permeated by societal and solidary ties; combining instrumental action and communicative action, implying the penetration of normative aspects in the market economy, sharing characteristics with the solidarity economy.

Keywords: Social Management, Economy, Solidarity, Polanyi, Habermas.

¹ Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP). Doutora em Ciências Sociais (Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos da Gestão Social caracteriza-se pela relativa juventude, surgindo na metade dos anos 90 (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Em que pese a associação de uma origem recente com a ausência de consenso na definição, o conceito de gestão social apresenta alguns fundamentos de um acordo que envolve sua caracterização como um processo democrático de tomada de decisões coletivas, de formato deliberativo (CARRION, 2007; FRANÇA FILHO, 2008; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; FISCHER, 2002; FISCHER; MELO, 2006; TENÓRIO, 2006, 2008a, 2008b; TENÓRIO; SARAIVA, 2006), marcado pela dialogicidade; tendo como *locus* privilegiado a esfera pública (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009; CARRION, 2007; FISCHER, 2002; TENÓRIO, 2008a, 2008b). Destacam-se ainda como características a emancipação (CARRION, 2007; FISCHER 2002; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; TENÓRIO, 2008a, 2008b) e a intersubjetividade (TENÓRIO, 2008a, 2008b, 2012; TENÓRIO; SARAIVA, 2006; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Ainda uma combinação entre a concepção habermasiana e o pensamento liberal de Tocqueville traz à teorização o conceito de *interesse bem compreendido*, em contraposição com a concepção republicana de bem comum de Habermas (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; TENÓRIO, 2012). Considerados os esforços para conceituar Gestão social de modo consensual, essas categorias necessitam estar calcadas em corpos teóricos complexos, para alcançar a maturidade, o que pode significar, por exemplo, uma concepção distinta de democracia ou de emancipação. Para a abordagem habermasiana, a democracia ganha uma teoria deliberativa e a emancipação um aporte da teoria crítica.

Também a racionalidade emerge como característica, subdividindo sua compreensão entre o predomínio da modalidade substantiva (FRANÇA FILHO, 2008; PIMENTEL et al., 2011); o equilíbrio entre a forma instrumental e a substantiva (CARRION, 2007; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010) e a concepção habermasiana do agir comunicativo (TENÓRIO, 2008a, 2008b; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Por detrás da compreensão da racionalidade na gestão social, estão as relações entre Estado, sociedade e mercado. A abordagem que prevê o predomínio da racionalidade substantiva baseia-se na separação radical

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

entre mercado e sociedade, com a preponderância da sociedade; a abordagem que prevê uma inserção entre mercado e sociedade, pode ser aproximada à teoria do *embeddedness* de Polanyi (2000) e Granovetter (1985) e a teoria habermasiana sustenta-se na separação entre economia e sociedade, assegurada pela influência do paradigma do mercado autorregulado sobre o ordenamento das sociedades capitalistas. As definições do fenômeno econômico não são unívocas. Num primeiro sentido podemos conceber a economia como “um conjunto de atividades estavelmente empreendidas pelos membros de uma sociedade para produzir, distribuir e trocar bens e serviços” (TRIGILIA, 1998, p.12, Tradução nossa). Nesse sentido, a economia é um processo institucionalizado, guiado por normas relativamente estáveis de interação entre os homens e a natureza para a satisfação de necessidades sociais. Uma segunda definição de economia entende os fenômenos econômicos como sinônimos de “economizar”, como atividades relacionadas à escolha individual do emprego de recursos escassos, que poderiam ter usos alternativos com o objetivo de maximizar os ganhos (TRIGILIA, 1998, p.12, Tradução nossa). A economia vinculada à racionalidade instrumental, na qual os sujeitos perseguem fins que sob uma regulação de maximização dos ganhos sustenta-se nos jogos entre oferta e demanda, constitui o paradigma do mercado autorregulado. A definição alternativa de economia permite avaliar “como a satisfação das necessidades e o comportamento econômico podem assumir formas diversas se, condicionadas ao modo em que é organizada a sociedade” (TRIGILIA, 1998, p.13, Tradução nossa). Nesta abordagem, o mercado autorregulado emerge como uma construção social. Segundo Trigilia (1998, p.14, Tradução nossa), estar atento às instituições implica em “lançar uma ponte entre economia e sociedade”, “historicizar os fenômenos e especificar seu lugar na sociedade”. O autor destaca a importância de avaliar comportamento econômico e estruturas, isto é, “como o conjunto de relações estáveis entre os sujeitos é condicionado por um particular contexto institucional e por sua vez o influenciam”. Entender o mercado como construção social, implica em admitir que a economia teve outras formas históricas e que outras construções, distintas do mercado autorregulado, são possíveis nas sociedades capitalistas contemporâneas. Essa abordagem abre perspectiva

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

analítica para a compreensão das interações entre mercado e economias sociais ou solidárias, objeto relevante das formas de gestão social.

A abordagem habermasiana, que se inicia nos trabalhos seminais de Tenório(1998), *Gestão Social : uma perspectiva conceitual*” e (Re)visitando o conceito de Gestão Social de Tenório (2005) vem se consolidando de modo expressivo nos estudos acadêmicos sobre gestão social, definido como objeto uma modalidade de ação que se caracteriza pela interação intersubjetiva através da linguagem e que busca o entendimento em bases dialógicas. A dialogicidade na interação habermasiana baseia-se na universalidade, racionalidade, não-coercitividade e reciprocidade e fundamenta os princípios da deliberação (HABERMAS, 2012a, 2012b). Entretanto, não é toda ação comunicativa habermasiana que é objeto de estudo da gestão social. Trata-se de uma ação deliberativa que não apresenta *locus* específico, pois pode ocorrer nas instituições integrantes do Estado e em esferas públicas informais em relação com as formais. É uma ação comunicativa que envolve uma pluralidade de atores atuando em cooperação, em prol de objetivos comuns ou de um bem comum que suplanta interesses particularistas e visa um acordo. A interação comunicativa é efetuada a partir de pretensões de validade, caracterizadas pela verdade, inteligibilidade, sinceridade, legitimidade ou correção normativa. Como pretensões de validade específicas da gestão social projetam-se padrões normativos na interação, que se traduzem pela igualdade, reciprocidade, racionalidade, inclusão, participação, pluralidade, dialogicidade e emancipação social. Desse modo, a gestão social como ação comunicativa estabelece o marco teórico de seu objeto. Entretanto, destaca-se uma espécie de apropriação do pensamento de Habermas em diversas definições de gestão social, nas quais são tomadas parcialmente concepções do autor e combinadas a outras leituras (CARRION, 2007; FRANÇA FILHO, 2008; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010; FISCHER, 2002; FISCHER; MELO, 2006; BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008; 2009). Outras abraçam a teoria de Habermas em sua complexidade, incorporando as abordagens da ação comunicativa e da teoria deliberativa e da teoria crítica (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; TENÓRIO, 2008a, 2008b, 2012; TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

Como objetos de intervenção da gestão social, caracterizando a relação *gestão de quê*, os fenômenos são bastante heterogêneos e constituem-se em instrumentos institucionalizados ou de não participação política (conselhos gestores, fóruns, orçamento participativo, audiências públicas, etc.), gestão de *common-pools*, desenvolvimento local, economia social, responsabilidade social, etc.. A heterogeneidade desses objetos colocaria dificuldades à teoria habermasiana, ao definir a economia a partir da ação instrumental, concebendo-a num modelo teórico em que a mesma se antagoniza à sociedade e explicaria uma lógica alternativa à do mercado autorregulado, presente nas economias solidárias e sociais, baseadas na cooperação e na reciprocidade? Haveria duas lógicas para a economia ou uma lógica única que concebe o mercado autorregulado como uma construção social, como também estabelece que é possível construir economias institucionais em bases recíprocas? Seria possível um encaixe teórico entre a abordagem habermasiana e a polanyiana? Para responder tais questões utilizamos o questionamento da economia solidária, que com afinidades ao modelo da gestão social, permite realizar uma reflexão sobre a inserção social das economias e o papel do mercado no seio das sociedades capitalistas. Serão utilizadas duas matrizes teóricas para realizar a tarefa: a teoria da ação comunicativa de Habermas e a sociologia econômica de Polanyi e Granovetter. O presente trabalho aponta um caminho de conciliação, a colonização do mundo-da-vida pela economia baseada no mercado autorregulado, pode ser perpassada a partir da racionalização e a dialogicidade, com a projeção de uma moralidade distinta no âmbito da institucionalização. Por definição, formas alternativas de economia são contrapostas conceitualmente às mercantis. Tal perspectiva abre espaço para a discussão teórica do lugar da economia na abordagem habermasiana e os problemas decorrentes das formas alterativas. Habermas concebe um modelo teórico societário caracterizado por uma autonomia entre um “mundo-da-vida”, constituído como uma reserva de padrões de interpretação, organizados pela linguagem e transmitidos através da cultura, que constitui um arsenal de convicções não problematizadas ou *taken for granted*. De outro lado, estabelece o “sistema” constituído pelo Estado, poder administrativo e relações econômicas. Entretanto, Habermas destaca que a coesão social não pode ser garantida exclusivamente por processos comunicativos de

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

persecução de entendimento, ao lado do consenso alcançado normativamente, ocorre uma integração sistêmica. A interação entre sistema e mundo-da-vida é marcada pelas relações dialéticas, nas quais o sistema com suas estruturas mercantis coloniza e domina o mundo-da-vida. Na esfera pública, espaço público de discussão e exercício da crítica, tenta-se a superação dialética da dominação. A relação entre sistema e mundo-da-vida é marcada por uma tensão, pois o sistema não pode ser eliminado, apesar das investidas colonizadoras, devido o papel que representa na reprodução material da sociedade.

2 A CRÍTICA AO PARADIGMA DO MERCADO AUTORREGULADO: A TEORIA DO EMBEDDEDNESS

A teoria econômica ortodoxa ancora-se nos postulados da teoria da escolha racional, na qual os agentes, a partir de uma racionalidade instrumental escolhem entre opções alternativas, optando pela que se espera produzir melhor resultado. Entretanto, esta equação parece perder capacidade explicativa quando se considera a interação entre vários indivíduos ou mesmo quando se observa que as escolhas ocorrem em cenários complexos e incertos. Apesar disso, a teoria econômica oferece bases de análises importantes e apresenta espaço para a contribuição das ciências sociais no que diz respeito às suas dificuldades ou incompletudes.

Nesse sentido, a Nova Sociologia Econômica (NSE), cujos debates iniciaram a partir dos anos 70, enseja importantes reflexões ao apontar que o funcionamento dos mercados não pode ser dado simplesmente por meio dos preços, mas que é preciso considerar instituições e formas diversas de comportamento social para conseguir compreender as articulações dos atores no mercado. Ela dedica-se a analisar a construção social das relações de mercado, a origem histórica e social dos fenômenos e o papel das instituições e das redes no funcionamento da vida econômica. De acordo com Granovetter (1985), a NSE parte de duas premissas essenciais: a de que a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais e que as instituições econômicas são socialmente construídas (STEINER, 2006).

Ao passo em que os postulados econômicos neoclássicos teorizam o mercado definindo-o como um ponto de equilíbrio entre oferta e demanda ao qual se

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

chega pela ação independente e atomizada de indivíduos, cujas relações são esvaziadas de conteúdo social ou de vínculos e relações permanentes uns com os outros; a sociologia vem evidenciar a existência dessas relações sociais estruturando e mediando as trocas entre estes agentes e fazendo com que o mercado seja uma espécie de estrutura ou instituição social onde há o estabelecimento de laços sociais, acompanhados de recompensas ou sanções. Partindo deste entendimento, deduz-se que nem toda economia baseia-se exclusivamente em relações mercantis e que as relações econômicas são indissociáveis ao contexto social que é provido de regras (não apenas econômicas como a maximização do lucro), mas também sociais (STEINER, 2006).

Sob esta ótica, os estudos de Karl Polanyi (2000) foram substanciais ao aperfeiçoamento das teorias apresentadas, apontando conceitos relevantes para o entendimento das relações entre o sistema de mercado e a sociedade. Para Polanyi, a economia e o mercado não são uma única e mesma coisa. Ele introduz a ideia de *embeddedness* ou enraizamento para explicar que a atividade econômica está inserida nas relações sociais. Polanyi advoga que o mercado autorregulado é uma falácia já que em certa medida existe a influência do Estado e de outros agentes sobre o comportamento dos indivíduos e dos mercados visando ao seu equilíbrio. Na verdade, os mercados livres necessitam constantemente de estruturas que venham prover a estabilidade monetária e fiscal para seu funcionamento. Neste sentido, Polanyi (2000, p.51) assim se refere aos mercados “que moinho satânico foi esse que triturou os homens e transformou-os em massa?” E caracteriza a construção social do mercado autorregulado como a Grande Transformação:

A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que mais parece a metamorfose de uma lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. Contratemos, por exemplo, as atividades de venda do mercado-produtor e suas atividades de compra: suas vendas são apenas de artefatos e, se ele tiver ou não sucesso em encontrar compradores, o tecido da sociedade não precisa ser afetado. Mas o que ele *compra* são matérias primas e trabalho – natureza e homem. Na verdade a produção de máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias. Embora fantástica, a conclusão é inevitável – nada menos do que isto servirá aos propósitos. Obviamente a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento seu habitat (POLANYI, 2000, p.51).

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

É esse moinho satânico de caráter histórico que constitui a lógica de funcionamento do subsistema econômico de Habermas, que está na base da colonização do mundo-da-vida. Nesta linha de entendimento, Polanyi (2000) considera que os postulados da teoria econômica que deram status de mercadoria ao indivíduo, ao dinheiro e a terra, conjugando-os às suas respectivas remunerações (salário, juro e renda) também são fictícios uma vez que o trabalho do indivíduo não se produz para venda e nem pode ser armazenado, o dinheiro é um equivalente de preços e apenas um intermediador de trocas, não sendo produzido para a troca e por fim, a terra, como parte da natureza, não pode ser produzida pelo homem. Essas mercadorias fictícias foram naturalizadas e sobre essa crença fundamenta-se o mercado autorregulado.

Gray (1999, p.254) destaca o caráter fictício e aponta que os acontecimentos no decorrer da história confirmam “que os mercados livres não são autorregulados. São instituições intrinsecamente voláteis, propensas a ataques especulativos e a provocar quebras”, além de serem sumamente imperfeitas e necessitarem não só de regulamentação, como também de uma administração ativa. Para ele, a crença de que desde que existam regras do jogo claras, bem definidas e cumpridas, os mercados livres podem atuar para corresponder às expectativas racionais dos participantes, quanto ao futuro também não é procedente, uma vez que na medida em que os próprios mercados são moldados pelas expectativas humanas, seu comportamento não pode ser racionalmente previsto.

Os conceitos de Polanyi acerca da inserção social do mercado, apesar de fundamentais, permaneceram por muito tempo subutilizados. Contudo, Granovetter (2000) retomou os estudos da sociologia econômica aprofundando as análises polanyianas e deslocando-as de interpretações puramente históricas para observações mais recentes dos fenômenos na sociedade moderna. Suas pesquisas empíricas introduziram o conceito de redes sociais e demonstraram que, por exemplo, as relações de amizade e de família influenciam de maneira decisiva no processo que, é aparentemente puramente econômico, de busca por emprego (GRANOVETTER, 1974). Assim, torna-se clara a existência e mediação das relações e instituições nos locais de ação econômica, tornando imprescindível a

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

consideração destas primeiras para o entendimento e avaliação das dinâmicas de funcionamento do mercado (STEINER, 2006).

Isto posto, a proposta de construção social das relações de mercado reforça que eles não são fruto de arranjos espontâneos e imparciais de agentes econômicos, buscando apenas otimizar suas transações, ao contrário, estas transações resultam de influências institucionais não coordenadas (políticas, jurídicas, econômicas), bem como de inserções culturais e pessoais que relacionam-se de forma mútua e recursiva (STEINER, 2006). Neste contexto, o conceito de redes apresentado por Granovetter adquire relevância nos estudos do mercado, dada a centralidade e o impacto das relações sociais e vínculos diretos e indiretos entre os atores nestas dinâmicas, bem como dos conhecimentos, crenças e validações compartilhados.

Sobre estes aspectos, Gray (1999, p.255) complementa que as “instituições sociais são formadas de crenças humanas: um pedaço de papel vale como dinheiro somente se acreditarmos que é dinheiro, do contrário, é apenas uma curiosidade”, assim as teorias que postulam os mercados como máquinas ou como processos mecânicos de causa e efeito esquecem-se do fato mais importante a seu respeito: que consistem em fantasias da imaginação e das expectativas humanas.

3 HABERMAS E O PARADIGMA ECONÔMICO DO MERCADO AUTORREGULADO

Contrariamente à concepção funcionalista de Talcott Parsons, para Habermas, a sociedade não é um sistema regulado por estruturas baseadas em padrões de conduta, suas teorias da ação e da estrutura sustentam-se na coordenação de ações baseadas na comunicação e linguagem com ações movidas por poder e dinheiro. Ações que se baseiam na racionalidade sustentada na finalidade e instrumentalidade e ações que se baseiam em racionalidade e normatividade (HABERMAS, 2012b).

O processo de modernização produziu uma diferenciação da sociedade em relação às formas tradicionais que a antecederam, resultando no desacoplamento, entre o sistema e o mundo-da-vida. A modalidade sistêmica de estruturação passa a prescindir dos meios linguísticos de comunicação que fundamentam o entendimento;

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

as interações mercantis ocorrem independentemente de normas e valores e se abstém das formas prático-morais, tornando-as estranhas aos subsistemas da economia e administração racional. O Estado e o subsistema econômico invadem o mundo-da-vida que ao passar por um processo de racionalização, sofre a perda de seu potencial comunicativo, apoderando-se da intersubjetividade (HABERMAS, 2012b).

O mundo-da-vida cada vez mais racionalizado e, em razão do processo de modernização da sociedade, encontra-se *colonizado* pelos subsistemas de Estado e da Economia, desacoplado sob a dependência desses subsistemas. A economia de mercado, a contabilidade racional e a planificação mudam a lógica da integração social. A colonização se manifesta a partir do momento em que a racionalidade estratégica passa a dominar os processos de socialização. Assim a racionalização da ação administrativa e econômica penetra o mundo-da-vida, e gera uma institucionalização jurídica que neutraliza as normas. As bases do mundo-da-vida, composto pela sociedade e cultura, tornam-se reificadas e passam a integrar a lógica do sistema, neutralizando a crítica e o fundamento ético. Um padrão colonizado de coesão social neutraliza o potencial integrador da ação mediada pela linguagem e a dominação do mundo-da-vida pelo direito formal provoca a juridicalização (Verrechtlichung) das relações sociais (HABERMAS, 2012b). O direito estendeu-se e ampliou suas bases, centrado nas funções de regulação dos contratos, que regula para poder administrar os interesses da burguesia; por outro lado o Estado democrático de direito assegura aos cidadãos a participação, a potencial influência nas escolhas públicas, em que processos de legitimação passam pela juridicalização:

[...] o código do direito não mantém contato apenas com o médium da linguagem coloquial ordinária pelo qual passam as realizações de entendimento, socialmente integradoras, do mundo-da-vida; ele também traz mensagens dessa procedência para uma forma na qual o mundo-da-vida se torna compreensível para os códigos especiais da administração, dirigida pelo poder, e da economia, dirigida pelo dinheiro. Nesta medida, a linguagem do direito pode funcionar como um transformador na circulação da comunicação entre sistema e mundo-da-vida, o que não é o caso da comunicação moral, limitada à esfera do mundo-da-vida (HABERMAS, 1997a, p.112).

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

Habermas destaca, a partir do conceito de esfera pública, o papel estabelecido pela sociedade civil no esforço para influenciar o sistema, direcionando instruções normativas, originárias no mundo-da-vida, características de uma opinião pública. Conceito central na teoria da democracia deliberativa habermasiana, a sociedade civil e seu *lócus* privilegiado de ação - a esfera pública - podem ser assim especificados:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997b, p.92).

Na abordagem mais recente de Habermas, a esfera pública associa-se às interações cotidianas nos espaços conversacionais e às manifestações informais da sociedade civil. Em *Direito e Democracia* (1997b), Habermas realiza especificações no conceito de esfera pública, destacando seu caráter plural:

Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo-da-vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com os pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém ainda mais acessíveis a leigos (por exemplo, em esferas públicas literárias, eclesíásticas, artísticas, feministas ou ainda esferas públicas “alternativas” da política de saúde, da ciência e de outras) (HABERMAS, 1997b, p.107).

As aproximações e distanciamento entre o pensamento de Habermas e de Marx são tributárias ao que o primeiro definiu como paradigma da produção e constituem uma base significativa para a análise de sua concepção de economia e mais particularmente do mercado. Habermas é, segundo Avritzer (1996), um autor que sempre se identificou com uma corrente de pensamento denominada de marxismo oriental, na qual se dedicou a um debate crítico com a teoria de Marx. A *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2014) é a primeira obra em que Habermas se dedica, em dois aspectos, a uma interlocução com a obra de Marx:

[...] o primeiro é a discussão sobre a natureza da política, isto é, a discussão se essa última constituiria a expressão de interesses privados determinados socialmente, o que implicaria em supor que suas determinações seriam falsas. Um segundo elemento da instigação crítica das categorias na

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

Mudança Estrutural da Esfera Pública constitui a constatação de uma realidade histórica – a existência de uma esfera de livre debate durante os séculos XVII e XVIII – e a discussão das implicações desse fenômeno para as implicações marxianas da política. É somente a partir de *Teoria e Praxis* que Habermas começa a criticar sistematicamente o que ele passou a denominar de paradigma da produção, entendido enquanto a ideia de que haveria uma ligação entre o processo de autoprodução dos indivíduos através do trabalho social e o processo de esclarecimento político acerca da emancipação humana (AVRITZER, 1996, p.24).

A partir dessa perspectiva, segundo Avritzer (1996), a divergência empírica com o pensamento de Marx se torna uma divergência teórica e na concepção deste trabalho também um obstáculo na concepção da versão de Habermas em relação à teoria crítica. Outro foco da teoria habermasiana seria um fundamento do paradigma da produção em Marx que concebe as crises econômicas como crises de integração social. Para Habermas as crises de integração sistêmicas são percebidas de modo autônomo em relação à integração social:

Para Habermas, a integração social se daria em base interativa, no nível dos mundos objetivo, social e subjetivo, ao passo que a integração sistêmica constituiria uma forma objetificada de coordenação da ação social própria à economia de mercado e à dimensão administrativa do Estado moderno. Desse modo, o pressuposto marxiano de que as crises do capitalismo implicariam simultaneamente conflitos interativos e conflitos sistêmicos, a tese básica de *O Capital*, é negada na *Teoria da Ação Comunicativa* (AVRITZER, 1996, p.25).

Conforme abordaremos a seguir a teoria da expansão estrutural do mercado sobre a sociedade sobre a forma de regulação pode ser explicada, no pensamento de Habermas, a partir da tese da colonização do mundo-da-vida.

3.1 Habermas e Polanyi: a colonização do mundo-da-vida

Segundo Ebner (2015), Habermas partilha com Polanyi a preocupação com a dissolução da solidariedade social no curso do capitalismo contemporâneo, entretanto, segundo a perspectiva habermasiana, a expansão do mercado como instituição reguladora identifica-se com o aumento da racionalidade instrumental, caracterizada pelo cálculo econômico de meios e fins e baseada no interesse, o que difere do significado substantivo da racionalidade presente na ação comunicativa, que se sustenta no entendimento intersubjetivo.

Habermas apresenta em seus primeiros trabalhos questões semelhantes às de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*, ambos preocupam-se com a

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

autodestruição da sociedade burguesa, marcada pelo capitalismo monopolista e as tendências burocráticas aptas a erodir as bases do ideal liberal dos mercados competitivos. Habermas defende a ideia que o capitalismo tardio desacopla as esferas econômica e política, criando uma necessidade de legitimação, “uma vez que o Estado não segue mais as prescrições liberais de salvaguarda da ordem institucional dos sistema de mercado, mas torna-se parte ativa do processo econômico” (EBNER, 2015, p.375-376, Tradução minha). A partir dessa constatação, Habermas introduz em sua teorização a separação entre sistema e mundo-da-vida como aspectos da diferenciação social:

O sistema econômico, que é sinônimo de sistema de mercado ou capitalismo na abordagem habermasiana, torna-se mediado pelo dinheiro como um meio de troca generalizado (HABERMAS, 2012b). Fundamentalmente o dinheiro promove a qualidade de uma economia como uma socialidade livre de normas que não é mais enquadrada por um contexto normativo. Portanto, Habermas afirma que o sistema de mercado na sociedade capitalista representa o mais importante exemplo de mecanismo de governança cooperativa vazio de considerações morais, mercados operam em termos de sistemas de integração que proporcionam uma combinação funcional de consequências da ação social. Isso difere da integração social pelo significado do acordo deliberativo e consenso normativo (EBNER, 2015, p.376, Tradução minha).

A brecha sistêmica e normativa pra o enraizamento (*embeddedness*) do mercado na sociedade advém da incapacidade da racionalidade instrumental conduzir sozinha as atividades econômicas e político-administrativas. Ebner (2015) destaca que Habermas aproxima-se das bases polanyianas, ao assumir que “considerações em estruturas legais podem promover o *embeddedness* dos mercados e moldar os contornos da marketização” (2015, p.377). As interfaces entre sistema e mundo-da-vida, sob as bases de um sistema que tende a reprimir os processos comunicativos, tornam-se um terreno complexo para conflitos capital e trabalho, consumidores, cidadãos, beneficiários do Estado de Bem-Estar, etc. O processo de colonização do mundo-da-vida encontra, contudo, um adversário para resgatar uma sociabilidade comunicativa integradora:

No raciocínio habermasiano a solidariedade continua sendo um meio de direção socialmente integrador, que atua de modo a obstruir os avanços adicionais do dinheiro e poder no mundo-da-vida. Com efeito, a integração sistêmica pelo significado do dinheiro e do poder necessita ser balanceada pela integração social do mundo-da-vida pelo significado da solidariedade com o objetivo de alcançar uma vida social mais coerente [...]. Este ponto é

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

mais enfatizado no livro *Direito e Democracia* Facticidade e Validade de Habermas: a solidariedade social é vista como o recurso mais ameaçado do interior do mundo-da-vida que corre o risco de cair presa da desregulamentação dos mercados e expansão das burocracias. A Lei serve como um mecanismo formalizado de marketização e de burocratização, ainda assim também comunica valores sociais de solidariedade. Dessa maneira, ela (a lei) opera como uma força integrativa que afeta todos três meios de integração, ou seja, dinheiro, poder e solidariedade. Assim se assemelha a um “transformador” em circulação do fluxo de comunicação entre o sistema social e o mundo-da-vida (EBNER, 2015, p. 378, Tradução minha).

Para concluir, as ideias de Polanyi encontram eco na tese habermasiana de colonização do mundo-da-vida e, segundo Ebner (2015), o ponto estratégico está no modelo de Habermas de mercados como vazios de relações sociais e trocas comunicativas. Habermas percebe também o mercado como um vácuo social, assumindo o mercado autorregulado como realidade histórica, uma construção na qual, como nos relatos neoclássicos, vigoram condições competitivas de atores econômicos anônimos em torno da oferta e da demanda. A percepção da substância social dos mercados e da falta dela está presente na teorização de Habermas sobre a colonização do mundo-da-vida, o papel por ele reservado “a solidariedade social” no processo de *des-embeddedness*, interessa particularmente aos estudos da Gestão Social, especialmente aqueles que têm foco na economia solidária. Trata-se de uma maneira de gestão coletiva deliberativa, dialógica e plural, em bases inclusivas, de participação igualitária e não-coercitiva, onde o objeto particular, neste contexto, é uma “outra economia”, cujas bases são solidárias e desafiam a racionalidade instrumental dos mercados.

4 GESTÃO SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E PARADIGMA DO MERCADO AUTORREGULADO

Para analisar o fenômeno do *embeddedness* na gestão social, após apresentada a influência no pensamento de Habermas das ideias de Polanyi, resultando na concepção do papel do mercado autorregulado como precursor da colonização do mundo-da-vida, escolhemos uma modalidade de economia na qual se encaixa essa máxima de gestão coletiva: a economia solidária. Ao contrário da abordagem de Cançado (2016) que separa a economia em uma esfera distinta do mundo-da-vida, seguindo a orientação habermasiana para explicar o funcionamento

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

da mesma no capitalismo, entendemos que a concepção presente no modelo habermasiano é histórica. Portanto, manifestações alternativas de formas econômicas têm como expressão a emancipação das mesmas do jogo da colonização do mundo-da-vida e a libertação do jugo da racionalidade instrumental presentes na sociedade e podem ser explicadas pelo *embeddedness*. Em Cançado (2016), encontramos o reconhecimento dessas características sociais da economia solidária (Ecosol) e de sua diferenciação da concepção clássica de economia, que em nossa perspectiva deve ser historicizada e associada ao capitalismo. Uma dimensão econômica que não exclui a dimensão normativa, ao contrário se combina a ela:

[...] a Dimensão Econômica da Ecosol não pode ser considerada apenas econômica, no sentido clássico do termo, pois ela pretende um equilíbrio entre a viabilidade econômica com eficácia e efetividade, porém respeitando os aspectos culturais, ambientais e sociais. Isso significa que os empreendimentos da economia solidária, apesar de buscarem o resultado econômico não o fazem como objetivo único, nem mesmo principal, tal objetivo se relativiza ao incluir outros aspectos [...] (CANÇADO, 2016, p.34-35).

A questão de como encaixar uma concepção de gestão baseada em aspectos normativos como objeto e como finalidade a uma perspectiva que caracteriza a economia capitalista, mostra-se desafiadora e não escapa à análise habermasiana. Trata-se de unir uma nova maneira de gerir, uma “outra gestão” a uma nova modalidade de trocas, uma “outra economia” (CANÇADO, 2016).

Como *nova modalidade de gerir*, considerada a *Teoria do Agir Comunicativo* de Habermas, a gestão social apresenta um predomínio da racionalidade substantiva, que é normativa, uma vez que se distancia da racionalidade instrumental preponderante no mercado autorregulado e de modo mais genérico do *sistema*. A normatividade presente na gestão social baseia-se em princípios que fundamentam a deliberação democrática tais como bem-comum, dialogicidade, racionalidade, igualdade, não coerção, reciprocidade, participação e emancipação. A emancipação aqui é entendida como libertação de uma dominação econômica, política, social e cultural. A noção de bem-comum pode ser compreendida na forma republicana que sobrepõe uma prerrogativa coletiva à qual não correspondem nem a soma dos interesses privatistas, nem sua replicação em âmbitos societários. O interesse público apresenta características próprias e referidas à sociedade em sua

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

totalidade. Como não existe *locus* específico para a deliberação, que pode ocorrer em espaços institucionais do Estado, em esferas públicas formais e informais, a economia solidária, como exemplo de autogestão, ocorre na interpenetração das atividades econômicas de mercado e nas atividades normativas próprias da ação comunicativa.

Para definir economia solidária, seguimos a abordagem adotada em 2003, baseada na concepção estatal, veiculada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A abordagem foi amplamente utilizada em políticas públicas de financiamento (CANÇADO, 2016) e foi formulada em momento histórico de importante atenção governamental à questão da Ecosol. A SENAES foi criada em maio de 2003 por meio da Lei nº 10.683 e instituída por meio do Decreto nº 4.764 de junho de 2003 através de intensa mobilização por parte da sociedade civil. Seus objetivos consistiam em apoiar as atividades relacionadas à economia solidária no país, visando geração de renda e emprego, inclusão social e desenvolvimento justo e solidário. Após os governos Lula e Dilma, com a entrada de Michel Temer em 2016, ocorreu uma reforma ministerial que gerou mudanças na estrutura do MTE como a redistribuição de cargos, o remanejamento e a extinção de órgãos. Neste sentido, a SENAES foi rebaixada a uma Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, tendo expressiva diminuição de seu orçamento, bem como das iniciativas empreendidas (FORTE, 2017). Na gestão do presidente Jair Bolsonaro, por meio do Decreto nº 9.674 de janeiro de 2019, foi deslocada para um Departamento inserido no Ministério da Cidadania e na Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, alterando sua estratégia de desenvolvimento de “trabalho” para “cidadania” (assistência), diminuindo sua dimensão como política pública e restringindo seu público ao setor urbano. Em junho de 2019, por meio da Lei nº 13.844, definiu-se que o Conselho Nacional de Economia Solidária também faria parte do Ministério do Trabalho. A definição adotada, como descreve Cançado (2016) pode ser vista a seguir:

[...] compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Complementando essa definição, O MTE apresenta 4 dimensões para a Ecosol: cooperação, autogestão dimensão econômica e solidariedade (CANÇADO, 2016, p.25).

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

A economia solidária fundamenta-se em padrões normativos, operando uma inserção social dos mesmos nas formas capitalistas de produção, marcadas pela racionalidade instrumental, pela competição e pela figura do *homo economicus*. Podemos observar os princípios do *embeddedness* que caracterizam a cooperação:

[...] existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidade, a propriedade coletiva de bens, a partilha de resultados e responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção, redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares (CANÇADO, 2016, p.25).

As afinidades entre gestão social e as atividades autogestionárias, desenvolvidas pela Ecosol, podem ser enumeradas nas práticas deliberativas e participativas de tomada de decisão coletiva na gestão dos trabalhos e decisões estratégicas, que revelam uma combinação inusitada entre ação instrumental e ação comunicativa. Segundo Cançado (2016, p.25), “os apoios de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos sujeitos da ação”. O caráter solidário das atividades, que as aproxima da gestão social, pode ser encontrado nos padrões normativos abaixo:

[...] na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e de melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE, 2015 apud CANÇADO, 2016, p.26).

A Economia Solidária apresenta características emancipadoras no processo de contraposição à colonização do mundo-da-vida, as ações econômicas combinadas às comunicativas que provêm inserção normativa no subsistema econômico atuam de modo libertador. A reflexão sobre a intensidade com que esse processo ameaça ou se realmente ameaça a integração social, que na sociedade capitalista é baseada no paradigma do mercado autorregulado, é uma questão para trabalhos futuros que nos escapa à alçada. Ocorre um transportar de valores do

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

mundo-da-vida para as atividades econômicas. Historicamente, a vigência de economias não baseadas no mercado autorregulado teve existência bem mais longa. Conceber o mercado como construção social e situá-lo num estágio histórico da civilização nos auxilia a compreender a forma como Habermas constrói uma aplicação de seu modelo teórico especificamente para explicar a sociedade capitalista, pois somente nesta sociedade se verifica o fenômeno de colonização do mundo-da-vida.

A interface entre gestão social e economia solidária, segundo Cançado (2016), pode ser entendida com limitações. A economia solidária apresenta, segundo esse autor “fortes traços de gestão social” (2016, p.38), o caráter autogestionário que limita o número de atores que administram um bem coletivo e o caráter privado das ações, que são fatores que as diferenciam. Ao analisar a economia solidária sob a ótica do *embeddedness*, concebe-se uma economia com traços de reciprocidade que penetra com padrões normativos o sistema econômico habermasiano. Tais propriedades emancipadoras contrapõem, abrindo brechas, a dominação implacável entendida como colonização do mundo-da-vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos realizar neste trabalho uma aproximação da teoria da ação comunicativa de Habermas aos fundamentos da sociologia econômica expressos nas obras de Karl Polanyi e Granovetter para analisar a complexa relação entre sociedade e economia que perpassa a gestão social. Em Habermas encontramos o emprego do mercado autorregulado como lógica de funcionamento do sistema econômico que naturalizado gerou a colonização do mundo-da-vida. Ao apresentar uma relação dinâmica no processo de dominação que se baseia na predominância da lógica instrumental sobre a lógica substantiva, Habermas também admite um processo reverso de descolonização, com base na teoria crítica, que envolve, sobretudo, um processo de emancipação econômica. Com base em processos microsociológicos pode-se alcançar também emancipação social, política, econômica e cultural.

Nesse sentido, a sociologia econômica traz contribuições significativas para o estudo da gestão social, uma vez que um de seus objetos é uma “outra economia”,

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

na qual a sociedade se projeta nos mercados, manifestando-se de forma solidária. A análise da economia solidária, ainda que um propósito secundário neste trabalho, nos permite uma reflexão teórica mais aprofundada sobre o que é a gestão social e na perspectiva habermasiana, como se dá e como poderia se dar a relação entre o subsistema econômico e a sociedade, sob a forma de investidas da ação comunicativa de caráter normativo sobre a ação instrumental.

Uma nova agenda de pesquisa pode ser construída a partir das limitações deste trabalho, analisando como é o processo híbrido de desconstrução do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias na economia solidária. No âmbito teórico mais abrangente, profundo e detalhado, analisar a relação entre economia e sociedade nesse movimento entre ação e estrutura na teoria sociológica de Habermas. Essa abordagem poder ser profícua para compreender a gestão social e estender sua concepção a fenômenos a ela relacionados que aparentemente estão fora de seu escopo. Nesse caso, a mudança de percepção da teoria habermasiana de uma teoria política das democracias deliberativas para uma teoria também sociológica, pode ser uma contribuição importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BOULLOSA, R. F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas da Gestão Social a partir das perspectivas da policy analysis e da abordagem social da aprendizagem. *In: Colóquio Internacional sobre Poder Local*, 11, 2009. Salvador. *Anais...*, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual futuro da Gestão Social? *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 32, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

_____. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. *Anais...*, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

BRASIL. *Decreto nº 4.764*, de 24 de junho de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4764.htm. Acesso em 14 mai. 2020.

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

_____. *Decreto nº 9.674*, de 2 de janeiro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm. Acesso em 14 mai. 2020.

_____. *Lei nº 10.683*, de 28 maio de 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10683-28-maio-2003-496772-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 14 mai. 2020.

_____. *Lei nº 13.844*, de 18 de junho de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em 14 mai. 2020.

_____. *MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. O que é Economia Solidária*, 2015. Disponível em http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o_que_e_economia_solidaria.htm. Acesso em 13 mai. 2020.

CANÇADO, A.C. *Gestão Social e Economia Solidária para além do mimetismo: outra gestão é possível? Revista de Economia Solidária*, v.10, p.18-43, 2016.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. *Gestão Social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba: CRV, 2015.

CARRION, R. M. *Gestão social: especificidades e práticas em discussão*. In: SILVA, J. G. et al.(Org.). *Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar*. Vitória: Edufes, 2007. v. II.

EBNER, A. *Marketization: Theoretical Reflections Building on the Perspectives of Polanyi and Habermas*. *Review of Political Economy*, v.27, n.3, p.369-389, 2015.

FISCHER, T. M. D. *Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução e uma agenda*. In: FISCHER, T. M. D. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. *Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva*. In: FISCHER, T. M D.; ROESCH, S.; MELO, V. P. *Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino*. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, p.13-41, 2006.

FORTE, J. P. S. *De rede à política pública: ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil*. *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, São Paulo, v.2, n.1, p.112-142 , 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. *Definindo Gestão Social*. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. *Gestão social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GRANOVETTER, M. *Getting a job: a study of contacts and careers*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21 periodicoscesg@gmail.com
---	------------------------------	--

_____. *Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness. American Journal of Sociology*, v.91, p.481-510, 1985.

_____. *Le marché autrement.* Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

GRAY, J. *Falso amanhecer e os equívocos do capitalismo global.* Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social.* São Paulo: Martins Fontes, 2012a. Vol. I.

_____. *Teoria do agir comunicativo. Sobre a crítica da razão funcionalista.* São Paulo: Martins Fontes, 2012 b. Vol. II.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. Vol. I.

_____. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. Vol. II.

PIMENTEL, T. D. et al. *In: FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L; GAVA, R. (Org.). Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios.* Viçosa: UFV, 2011, 350p.

POLANYI, K. *A grande transformação.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA*, v.1, n.1, p.203-226, 2010.

STEINER, P. *A sociologia econômica.* São Paulo: Atlas, 2006.

TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, v.32, n.5, p 7-23, 1998;

TENÓRIO, F. G. A trajetória dos Estudos em Gestão Social (Pegs). *Revista de Administração Pública*, v.40, n.6, 2006.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. *In: SILVA, JÚNIOR. et al. Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

_____. *Tem razão a administração?* Ijuí: Editora Unijuí, 2008a.

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21 periodicoscesg@gmail.com
---	------------------------------	--

_____. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado.* Ijuí: Editora Unijuí, 2008b.

_____. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. *In:* CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. (Orgs.). *Gestão social: aspectos teóricos e aplicações.* Ijuí: Unijuí, 2012.

TENÓRIO, F. G.; SARAIVA, H. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. *In:* MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. **Estado e gestão Pública:** visões do Brasil contemporâneo. 2 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 340p.

TRIGILIA, C. **Sociologia economica. Stato, Mercato, Società nel capitalismo moderno.** Bologna: Il Mulino, 1998.

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Vol. 11 n. 2 Jul-dez 2020	Trabalho 06 Páginas 01-21
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	